

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.555.700 - PE (2019/0233677-8)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
AGRAVANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR : DEMÓCRITO ALMEIDA DE QUEIROZ GOMES E
OUTRO(S) - PE001238B
AGRAVADO : AMARO MARCELO DA SILVA
AGRAVADO : JOACI ARAUJO PESSOA
AGRAVADO : PAULO ANTÔNIO DE SANTANA
AGRAVADO : JOSE RONALDO DE QUEIROZ
AGRAVADO : JOSE EXPEDITO QUEIROZ DA SILVA
AGRAVADO : SEVERINO JOSE RAMOS PASSOS
ADVOGADOS : SEVERINO JOSÉ DE CARVALHO - PE010919
LUCIANE SOARES DE ARAUJO GOMES - PE018077

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado pelo **Estado de Pernambuco** contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, assim ementado (fl. 112):

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. GRATUIDADE DA JUSTIÇA. EXTINÇÃO DO PROCESSO POR AUSENCIA DE PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS. DECLARAÇÃO DE POBREZA JUNTADA AOS AUTOS. PRESUNÇÃO DE HIPOSSUFICIENCIA. APELO PROVIDO. SENTENÇA ANULADA. DECISÃO UNÂNIME.

1. Inicialmente, considerou-se descabida a alegação da parte apelada no sentido da preclusão da matéria relativa à justiça gratuita, já que se trata de matéria de ordem pública, afeita ao direito de acesso à Justiça, podendo ser requerida a qualquer momento e grau de jurisdição, não precluindo a pretensão a sua concessão.

2. Uma vez declarada a hipossuficiência nos autos, independentemente de haver patrocínio através de advogado particular ou de as partes litigarem em litisconsórcio, não cabe ao magistrado extinguir o processo, nos termos do art.485,III, do NCPC, se não oportunizou às partes a efetiva comprovação de hipossuficiência (art. 99,§2º, do NCPC).

3. Apelo provido. Sentença cassada. Decisão unânime.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 140/148).

Superior Tribunal de Justiça

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação aos arts. 4º, 5º e 99 do CPC/15. Afirma que, *"no caso em espécie, não há, sob qualquer ângulo que se analise os fatos, elementos que evidenciem a existência de preenchimento dos pressupostos legais para a concessão da justiça gratuita, até porque os autores são servidores públicos, gozam de uma boa condição financeira e ainda são representados por advogado privado, sendo, portanto, possível o pagamento das custas e estas não são de valor elevado. Demais disso, por serem diversos autores, as custas processuais podem ser equitativamente divididas, sem grandes proporções, sendo, possível, inclusive, o parcelamento ou a redução destas despesas. [...] Por fim, restou claro que o acórdão recorrido merece ser reformado, tendo em vista a ausência dos autores em demonstrar ao juízo de origem que preenche a todos os requisitos necessários para a concessão do benefício da justiça gratuita."* (fls 164/165).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

O inconformismo não prospera.

Com efeito, quanto ao tema do benefício da justiça gratuita, colhe-se do aresto regional a seguinte passagem (fls. 113/119):

Cinge-se a controvérsia posta a julgamento acerca da existência ou não de direito por parte dos autores/apelantes à gratuidade da justiça.

Acerca do tema, registro que com a entrada em vigor da lei no 13.105/15, houve a revogação do artigo 4º da lei nº 1.060/50, o que se observa a partir da leitura do disposto no art.1.072, in verbis:

[...]

Com a revogação do art. 4º da lei nº 1.060/50, segundo o qual "A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família", a matéria passou a ser regulamentada pelos artigos 98 a 102 do NCPC, in verbis:

[...]

Observe, inicialmente, que, quando da prolação da sentença ora recorrida, já estava em vigor o novo CPC, razão pela qual caberia ao magistrado, nos termos do art.99, §2º, antes de extinguir o processo, determinar às partes a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos, na hipótese de constatar elementos que evidenciassem a inexistência de

Superior Tribunal de Justiça

hipossuficiência econômica.

Ademais, é o próprio art.99, em seu parágrafo 3º, que estabelece a presunção de veracidade da alegação de insuficiência, alegação esta que pode ser feita na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso, o que torna a declaração de pobreza peça facultativa, bastando a declaração firmada pelo advogado da parte para a concessão da gratuidade processual, desde que conste no instrumento de procuração poderes específicos.

[...]

Ocorre que, no presente caso, o advogado juntou aos autos declaração de pobreza assinada por cada um dos autores, o que não foi considerado pelo magistrado a quo, o qual entendeu pela inexistência de hipossuficiência já que " (...) os autores demandam em litisconsórcio e estão representados por advogado particular, presumivelmente remunerado pelos seus préstimos intelectuais, não se presumindo graciosidade ou beneficência. Não me parece verdadeira a declaração de hipossuficiência (...) "- fl.50.

Ora, o art.99, §4º, estabelece que a assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça.

Ademais, nos termos do §3º, do art.99, do mesmo diploma processual, presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

Tal presunção deve ser contestada pela parte contrária, conforme determina o art.100, do NCP, o qual merece nova transcrição:

[...]

Assim é que, uma vez declarada a hipossuficiência nos autos independentemente de haver patrocínio através de advogado particular ou de as partes litigarem em litisconsórcio, não cabe ao magistrado extinguir o processo, nos termos do art.485,III, do NCPC, se não oportunizou partes a efetiva comprovação de hipossuficiência.

Vale lembrar que a jurisprudência se inclina segundo o entendimento no sentido de que a parte faz jus à justiça gratuita mediante simples afirmação, na própria petição, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado sem prejuízo próprio ou de sua família, entendimento ao qual me filio.

No presente caso, as partes, ante a inexistência de outorga de poderes específicos relativamente à declaração de hipossuficiência econômica, juntaram aos autos declaração de pobreza, a qual, no meu entendimento, bastam para fins de comprovação de presunção de pobreza, somente podendo ser tal pedido indeferido pelo magistrado caso exista prova concreta e alicerçada em sentido contrário, ou seja, elementos que

Superior Tribunal de Justiça

evidenciem a falta de pressupostos para sua concessão- o que não restou caracterizado nos autos- ainda assim, oportunizando às partes a comprovação dos requisitos à concessão do benefício.

Por fim, tenho por totalmente descabida a alegação da parte apelada no sentido da preclusão da matéria ora em questão, já que justiça gratuita constitui matéria de ordem pública, afeita ao direito de acesso à Justiça, podendo ser requerida a qualquer momento e grau de jurisdição, não precluindo a pretensão a sua concessão.

Destarte, o acórdão recorrido está em consonância com o entendimento deste Superior Tribunal, firme no sentido de que *"a simples declaração de pobreza firmada pelo requerente, no pedido de assistência judiciária gratuita, tem presunção relativa, admitindo-se prova em contrário"* (AgInt no AREsp 632.890/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/10/2017, DJe 30/10/2017).

Ademais, a desconstituição das premissas fixadas pelo Tribunal de origem, a fim de que se entenda que os agravados possuem situação financeira que possibilita, sem prejuízo de seu sustento e de sua família, efetuar o pagamento da verba honorária, demandaria o revolvimento de matéria fática, procedimento que, em sede especial, encontra óbice na Súmula 7/STJ, bem anotado pelo decisório agravado.

Em reforço:

PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AFERIÇÃO DA CONDIÇÃO DE NECESSITADOS. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. Consoante entendimento do STJ, é possível a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita com a mera declaração, pelo requerente, de não poder custear a demanda sem prejuízo da sua própria manutenção e da sua família.

2. A declaração de pobreza instaura presunção relativa que pode ser

elidida pelo juiz. Todavia, para se afastar tal presunção, é preciso que o magistrado indique minimamente os elementos que o convenceram em sentido contrário ao que foi declarado pelo autor da declaração de hipossuficiência.

3. Hipótese em que o Tribunal Regional Federal da 5ª Região,

Superior Tribunal de Justiça

no voto condutor do aresto, da lavra do Desembargador Vladimir Souza Carvalho, assentou que não está presente o estado de miserabilidade necessário para a concessão do benefício, in verbis (fl. 1.062, e-STJ): "Enfim, é de se observar que, ao moverem a execução de sentença - que foi rechaçada por embargos, acolhidos decisório que a rescisória pretende desconstituir -, os ora requerentes não pediram os benefícios da justiça gratuita, só o fazendo agora, na aludida rescisória, sem esclarecerem a brusca alteração financeira vivida de um momento para outro. Assim, em suma, os autores da ação, em número de cinco, em seu conjunto ganham mensalmente mais de 34 salários mínimos, não fazendo jus ao benefício da justiça gratuita."

4. Para acolher a pretensão recursal, seria indispensável reexaminar o conjunto fático-probatório dos autos com o intuito de aferir se os autores possuem ou não condições de arcar com as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

Ocorre que essa tarefa não é possível em Recurso Especial em face do óbice preconizado na Súmula 7/STJ.

5. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp 352.287/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/11/2013, DJe 15/04/2014).

Por fim, no presente caso, o recurso especial não impugnou fundamento basilar que ampara o acórdão recorrido, qual seja, não há que se falar em "preclusão da matéria ora em questão, já que justiça gratuita constitui matéria de ordem pública, afeita ao direito de acesso à Justiça, podendo ser requerida a qualquer momento e grau de jurisdição, não precluindo a pretensão a sua concessão" (fl. 119), esbarrando, pois, no obstáculo da Súmula 283/STF, que assim dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida se assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.". A respeito do tema: **AgRg no REsp 1.326.913/MG**, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 4/2/2013; **EDcl no AREsp 36.318/PA**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 9/3/2012.po

ANTE O EXPOSTO, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

